

JUSTIÇA PROÍBE EXIGÊNCIA DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA

HÁ UMA VASTA JURISPRUDÊNCIA NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL (STF) DE QUE OS ÓRGÃOS PÚBLICOS NÃO PODEM ESTIPULAR QUALQUER TIPO DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA OU POLÍTICA PARA FORÇAR O PAGAMENTO DE TRIBUTOS OU TAXAS.

COM ESTE ARGUMENTO É POSSÍVEL AFASTAR A EXIGÊNCIA DA AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA (ANVISA), QUE SÓ CONCEDE AUTORIZAÇÃO ANUAL PARA FUNCIONAMENTO SE TODOS OS TRIBUTOS PAGOS AO ÓRGÃO ESTIVEREM QUITADOS.

MUITAS FARMÁCIAS ESTÃO EM DÍVIDA COM AS TAXAS ANUAIS COBRADAS PELA ANVISA REFERENTES A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO E AUTORIZAÇÃO ESPECIAL (EXIGIDA DE ESTABELECIMENTOS QUE VENDAM MEDICAMENTOS CONTROLADOS COMO PSICOTRÓPICOS E MEDICAMENTOS PARA EMAGRECER). AS TAXAS ANUAIS PARA A RENOVAÇÃO DAS AUTORIZAÇÕES, DE CERCA DE R\$ 500, SÃO EXIGIDAS DESDE 2001.

EM 2006, A ANVISA RESOLVEU FISCALIZAR AS FARMÁCIAS QUE ESTAVAM EM DIA COM A FISCALIZAÇÃO E PASSOU A EXIGIR A QUITAÇÃO DE TODAS AS TAXAS ATRASADAS PARA QUE SEJA CONCEDIDA A AUTORIZAÇÃO DE FUNCIONAMENTO.

A FORMA QUE A ANVISA ACHOU PARA COBRAR AS FARMÁCIAS EM GERAL E AS DE MANIPULAÇÃO NÃO É CORRETA DO PONTO DE VISTA JURÍDICO SENDO NECESSÁRIA PARA A COBRANÇA O REGULAR PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL.

Jane de Oliveira Lapa

Advogada Tributarista especialista em Imposto de Renda